

Comentário Exegético de Daniel 7-12 (KJA) – Verso a Verso

Uma leitura acadêmica, histórica e teológica das visões e do consolo escatológico em Daniel.

Esta análise aprofunda a estrutura literária do livro de Daniel, focando na transição das narrativas da primeira metade para as visões apocalípticas dos capítulos 7 a 12. Como observam estudiosos como C. Mervyn Maxwell e William H. Shea, a estrutura quiástica destes capítulos serve como uma chave hermenêutica para compreender a soberania divina em meio à crise histórica dos impérios mundiais.

Ao explorarmos a visão do "Filho do Homem" (Daniel 7:13-14) e as profecias dos 2.300 dias (Daniel 8:14), interagimos com a perspectiva de Gerhard Hasel sobre o juízo investigativo, que ressalta a integridade do santuário celestial. A exegese aqui proposta integra a historiografia de Siegfried Schwantes, que vincula as profecias à cronologia exata dos reinos, e o consolo escatológico destacado por diversos teólogos, que reafirmam o triunfo do Reino de Deus sobre as potências humanas. Daniel 12 atua como o clímax desta revelação, oferecendo aos fiéis o conforto da ressurreição em tempos de tribulação angustiante (v. 1-3).

[Ler do Início](#)

[Pular para Daniel 12](#)



A Visão dos Últimos Tempos



Contexto Profético

Daniel escreve em exílio, em meio à queda e ascensão de impérios. Suas visões cruzam história e escatologia.

Situado na corte babilônica, Daniel vivencia a transição de poderes mundiais. Conforme Shea argumenta, o livro não é apenas um relato histórico, mas uma teodiceia apocalíptica. O cenário de exílio serve como pano de fundo para a soberania divina, provando que, mesmo diante de nações opressoras, o Altíssimo mantém o controle sobre a linha do tempo da humanidade.



Texto na KJA

A KJA preserva expressões como “Ancião de dias” e “filho do homem”, mantendo a textura semítica do original.

A escolha terminológica na KJA reflete um rigor exegético que busca capturar o peso do hebraico e do aramaico. Como nota Hasel, títulos como "Ancião de Dias" (Atiq Yomin) destacam a eternidade e a justiça judicial de Deus. Ao manter essa fidelidade, a tradução convida o leitor a compreender a cristologia implícita no título messiânico "Filho do Homem" (Bar Enash), essencial para a hermenêutica do NT.



Estrutura de Visões

Quadros simbólicos (bestas, chifres, anjos) descrevem a tensão entre poderes terrenos e o Reino eterno.

A estrutura de Daniel 7-12 segue uma progressão de macro a micro-história. Schwantes destaca que as "bestas" representam a natureza predatória dos impérios humanos, em contraste direto com o "Reino que não passará". A interpretação, amparada pelo consenso acadêmico de estudiosos como Maxwell, sublinha que o juízo celestial no capítulo 7 é o divisor de águas entre o controle humano e a restauração final do Reino de Deus.

Introdução ao Livro de Daniel

Autoria e Data

Tradicionalmente atribuído a Daniel, um nobre e sábio judaico levado ao exílio babilônico sob Nabucodonosor (c. 605 a.C.). A exegese conservadora situa as visões apocalípticas (cap. 7-12) em torno de 553 a.C., em um contexto cortesão profundamente moldado pela política imperial.

- **Mervyn Maxwell (2018):** Defende a unidade estrutural do livro, enfatizando que a seção narrativa e a apocalíptica formam um todo teológico coeso contra o relativismo histórico.
- **Linguagem Bilingue:** O uso do hebraico (1:1-2:4a; 8:1-12:13) e do aramaico (2:4b-7:28) reflete a natureza cosmopolita da obra, voltada tanto para a comunidade judaica quanto para o contexto imperial internacional.
- **Perspectiva Histórica:** Autores como William Shea destacam que a precisão das profecias aponta para um autor que viveu a transição entre o período neobabilônico e o medo-persa.

Estrutura e Tema

O livro divide-se em duas partes simétricas: Cap. 1-6 (histórias de fidelidade em impérios hostis) e Cap. 7-12 (visões escatológicas sobre reinos terrenos, juízo divino e o estabelecimento do Reino eterno).

A moldura teológica central é a soberania de Deus sobre a história (teologia da História), contrastando a transitoriedade dos poderes humanos com a estabilidade do governo divino.

- **KJA e Títulos:** A edição KJA realça nuances messiânicas, traduzindo com precisão títulos como “Ancião de Dias” (Dn 7:9), evocando a autoridade suprema e eterna.
- **Hermenêutica e Hasel/Schwantes:** Gerhard Hasel enfatiza o “juízo investigativo” em Dn 7-8, enquanto Siegfried Schwantes sublinha a esperança libertadora da profecia.
- **Intertextualidade:** A chave hermenêutica reside na conexão vital entre o sonho de Dn 2, as bestas de Ap 13 e a autorreferência messiânica de Jesus em Mt 26:64 (reafirmando sua divindade e papel como o “filho do homem”).

Daniel 7:1-3 – O Contexto da Visão

Datação

“No primeiro ano de Belsazar...” (v.1). Em moldura histórico-crítica, o cenário situa a transição do poder caldeu (StudyLight) e prepara paralelos fundamentais com o capítulo 2. Esta datação situa a visão por volta de 553 a.C., um momento crucial onde a Babilônia enfrentava a ascensão do império Medo-Persa. Conforme nota William Shea, esta cronologia estabelece um contraste deliberado entre o cenário de paz aparente do palácio e o tumulto profético que estava por vir.

Modo da Revelação

A visão noturna recebida “na sua cama” (v.2) sinaliza uma comunicação divina privilegiada em estado liminar, retomando o padrão onírico experimentado por monarcas gentílicos, como Nabucodonosor. Frank Hasel destaca que, enquanto no cap. 2 o rei recebe o sonho, aqui o profeta é o receptor, invertendo a dinâmica: a revelação de Deus não é mais mediada por pagãos, mas confiada ao Seu servo escolhido, validando a autoridade de Daniel no contexto cortesão.

Quatro Bestas

As bestas que emergem do mar simbolizam o surgimento de impérios oriundos do caos histórico e da rebelião contra a soberania divina (v.3). A interpretação clássica de Gerhard Hasel e Milton Schwantes aponta para uma sucessão de potências mundiais que, embora poderosas, estão sob o juízo divino. Mervyn Maxwell reforça que o “mar” representa as nações agitadas e instáveis, servindo como pano de fundo para a intervenção do Juízo (v. 9-10) que culmina na entrega do Reino aos santos do Altíssimo.

Daniel 7:4-6 – Leão Alado e Urso



Leão com Asas

Babilônia em sua pujança e rapidez. As asas arrancadas sugerem humilhação e limitação de poder pós-539 a.C. (Schwantes). Conforme aponta Shea, a imagem da águia evoca a rapidez das conquistas de Nabucodonosor, enquanto a transição para uma postura humana simboliza a transição da arrogância bestial para a consciência da soberania divina (cf. Dn 4). Maxwell enfatiza que o arrancar das asas sinaliza que o auge do império atingiu seu limite teológico.



Urso Inclinando-se

Medo-Pérsia. O erguer de um lado indica assimetria persa; três costelas denotam regiões subjugadas (StudyLight), consolidando expansão continental. Hasel observa que o "devorar muita carne" reflete o expansionismo agressivo e insaciável dos medos e persas contra Lídia, Babilônia e Egito. A posição desajeitada do animal, em contraste com a agilidade felina anterior, sublinha o domínio pesado e burocrático que caracterizou o império, distanciando-se do absolutismo carismático de Babilônia.

Daniel 7:7-8 – A Besta Terrível e o Pequeno Chifre

Após as visões dos impérios anteriores, surge uma quarta besta, inominável e distinta de todas as precedentes: "terrível, espantosa e sobremaneira forte", equipada com grandes dentes de ferro. A exegese clássica, corroborada por estudiosos como William Shea, identifica este poder com o Império Romano, cuja máquina de guerra e administração legal trituraram as nações. Hasel destaca que a "diversidade" desta besta aponta para uma mutação no modo de exercer o domínio — não apenas conquista territorial, mas uma hegemonia que reconfigura a própria estrutura legal e religiosa das nações subjogadas.



Dez Chifres: Fragmentação

Os dez chifres representam a desintegração política de Roma (Ap 17:12). Schwantes argumenta que a transição da unidade imperial para a pluralidade de reinos europeus marca o estágio histórico em que a autoridade central cede lugar a um mosaico de soberanias menores, preparando o cenário geopolítico ocidental.

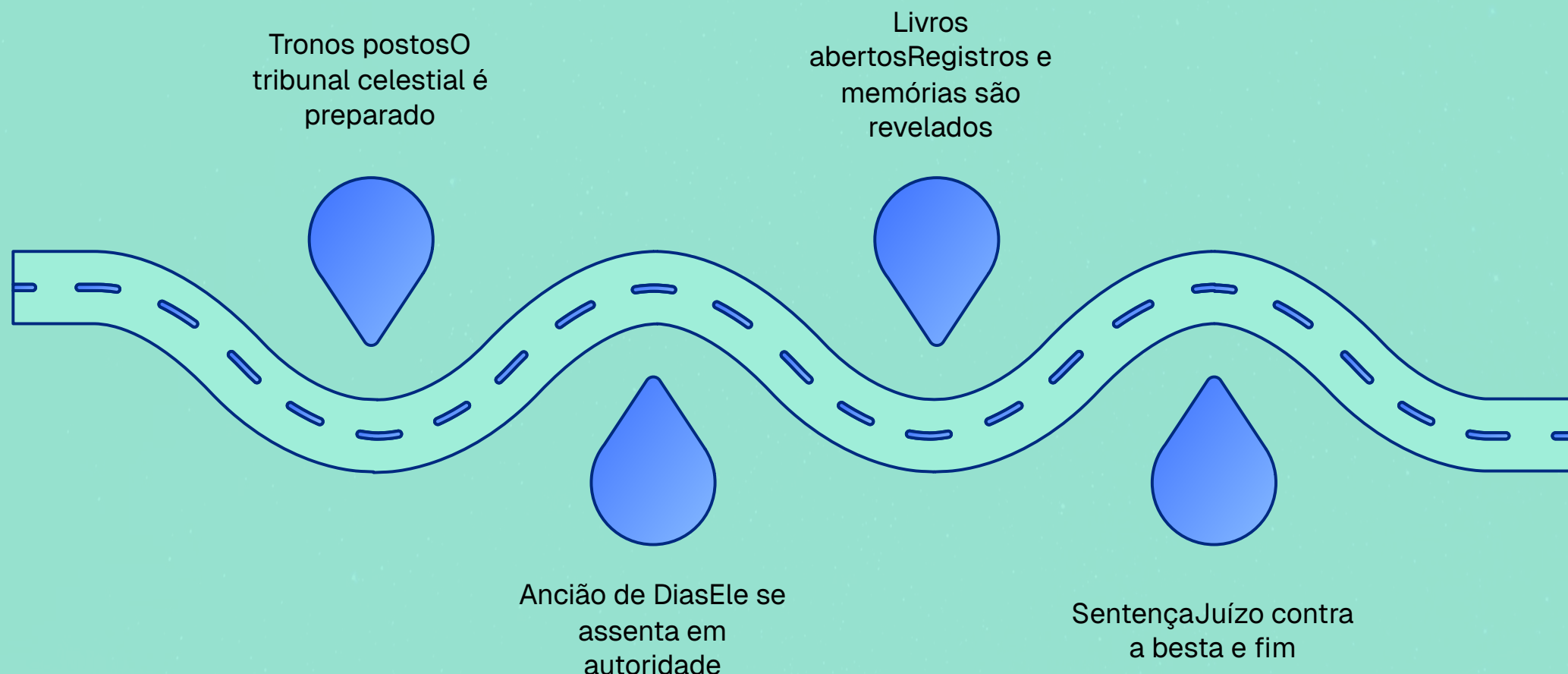


Chifre Pequeno: O Poder Anticristico

Ergue-se "menor", mas sua arrogância é sem precedentes. C.M. Maxwell observa que o ato de "falar grandes coisas" e a remoção de três chifres sugerem uma intrusão política-religiosa que altera "tempos e leis" (v. 25). É o arquétipo da pretensão humana de usurpar a soberania divina, estabelecendo um sistema de julgamento e autoridade centralizada que desafia o próprio Juízo do Ancião de Dias.

Daniel 7:9-12 – O Ancião de Dias e o Julgamento

Nesta visão central da profecia de Daniel, o cenário desloca-se da turbulência política da terra para a majestade inabalável do tribunal celestial. O Ancião de Dias, uma representação teofânica da eternidade e soberania de Deus, assume o seu trono para julgar os poderes que se opuseram ao Seu reino.



O tribunal celeste estabelece critérios de justiça: fogo purificador, “livros abertos” (memoriais) e sentença que extingue a besta, enquanto os demais reinos permanecem por “tempo designado” (Shea). Esta cena, como observa C. Mervyn Maxwell, é o contraponto divino à arrogância do “pequeno chifre”. Enquanto o chifre blasfema, o Ancião de Dias julga; enquanto o poder terreno é efêmero, o trono de Deus é fixo.

Teologicamente, a menção dos “livros” (v. 10) remete aos registros divinos de fidelidade e rebelião, ecoando conceitos encontrados em Apocalipse 20:12 e Malaquias 3:16. Gerhard Hasel enfatiza que este juízo pré-advento é fundamental para a vindicação do povo de Deus. Schwantes destaca que a descrição do Ancião de Dias — com vestes brancas e cabelos como pura lã — evoca pureza absoluta e autoridade suprema, inalcançável por qualquer monarca terreno.

A sentença contra a besta (v. 11) não é apenas política, mas existencial. O poder ímpio é entregue ao fogo, significando a purificação final do mundo. A observação de que os outros reinos tiveram sua vida prolongada por “um tempo e uma época” sugere que, embora o domínio absoluto da besta seja encerrado pelo juízo, as nações anteriores operaram dentro de um limite divino de permissão histórica, preparando o palco para o estabelecimento do Reino eterno do Filho do Homem.

Daniel 7:13-14 – O Filho do Homem

“Vindo com as nuvens”, o Filho do Homem recebe domínio, glória e reino sobre “povos, nações e línguas”. A KJA preserva a força messiânica do título, retomado por Jesus (Mt 26:64). A entronização é celeste e o domínio, eterno – contraste absoluto com a caducidade das bestas (Maxwell; Shea).

Exegese e Contexto Teológico: O termo aramaico *bar enash* (filho do homem) sublinha a humanidade do representante que se aproxima do Ancião de Dias, contrastando com as bestas, que surgiram do mar (caos). Schwantes destaca que esta cena não é uma ascensão humana, mas uma investidura divina: o Filho do Homem não cria o reino, mas o recebe (v. 14).

Análise das Escrituras e Comentaristas:

- **Natureza do Reino:** Diferente dos impérios terrestres baseados em força bruta, este reino é eterno e universal. Hasel argumenta que este evento marca o cumprimento da promessa davídica, onde a soberania é transferida das potências mundiais para o Ungido de Deus.
- **Paralelos Bíblicos:** O uso de “nuvens” evoca a presença teofânica de Deus, sugerindo que o Filho do Homem compartilha da glória e do acesso à corte celestial, algo inédito no Antigo Testamento.
- **Perspectiva Histórica:** Maxwell observa que a entronização ocorre no contexto do juízo (v. 9-10), reforçando que a autoridade messiânica é o veredito final contra a opressão dos reinos ímpios. Shea enfatiza que a transição de soberania é absoluta; não há sucessão, mas substituição definitiva pelo Reino de Deus.

Esta cena central de Daniel 7 estabelece o fundamento messiânico do Novo Testamento, onde a autoridade concedida ao Filho do Homem torna-se a base para o triunfo final de Cristo sobre a história.

Daniel 7:15-18 – A Reação de Daniel e a Explicação

Aflicção do Profeta

Daniel relata que seu “espírito” se viu perturbado dentro de si mesmo e as visões de sua mente o amedrontaram (v.15). Essa reação visceral evidencia a limitação da compreensão humana frente ao mistério escatológico revelado, refletindo uma vulnerabilidade comum aos profetas bíblicos (como em Dn 8:27; Ap 1:17).

- **Interpretativo:** Ao buscar esclarecimento, o profeta é introduzido aos quatro reinos históricos, que operam como entidades de oposição ao Reino de Deus.
- **O Soberano:** A KJA destaca que o “Altíssimo” (Elyon) é quem detém a autoridade última para outorgar o domínio aos seus santos, subvertendo a pretensa soberania das bestas. Segundo Hasel, essa transição enfatiza que a história mundial não é um evento acidental, mas está sob supervisão divina.

Consolo Escatológico

A explicação do mensageiro divino aponta que a herança definitiva pertence aos “santos do Altíssimo” (v.18). Schwantes e Maxwell observam que esta é a primeira menção explícita à vitória do povo de Deus sobre o poder opressor no livro.

A exegese adventista e acadêmica identifica aqui a tensão entre o “já-e-ainda-não”: embora o reino seja uma promessa irrevogável (a soberania já decretada no céu), sua plenitude escatológica aguarda a consumação final. Shea argumenta que o termo “santos” aqui refere-se não apenas ao povo do pacto, mas àqueles que mantêm fidelidade inabalável, reiterando que o reinado não é efêmero, mas perpétuo, contrastando radicalmente com a natureza transitória dos reinos terrestres representados pelas bestas anteriores.

Daniel 7:19-25 – Conflito e Usurpação

Dez Reis

Pluralidade política antecede o ápice do conflito (Ap 17:12). Conforme Shea, este estágio representa a fragmentação do Império Romano, consolidando uma hegemonia fragmentada que precede a emergência do poder blasfemo.

Perseguição

“Um tempo, tempos e metade de um tempo” (1.260 dias proféticos) – período limitado sob a permissão divina. Maxwell interpreta este período não apenas como tempo de opressão física, mas como uma prova do remanescente fiel diante da arrogância mundana.

Chifre Arrogante

Profere blasfêmias, altera tempos e lei – pretensão cultual. Hasel enfatiza que este chifre usurpa a autoridade divina ao tentar mudar as festas e a lei sagrada, configurando uma tentativa de deslegitimar a soberania de Deus no tempo e na história.

O pequeno chifre encarna hostilidade contra o culto e a comunidade do pacto, antecipando tipologicamente figuras anticristicas (Maxwell; Schwantes). A exegese de Schwantes reforça que este poder atua de maneira astuta dentro da estrutura do "quarto animal". Diferente da força bruta inicial, o chifre introduz uma dimensão de *hubris* teológica. Enquanto os dez reis representam a estabilidade política pós-imperial, o "pequeno chifre" surge para desafiar o "Altíssimo" (v. 25). Esta crise não é apenas geopolítica; é, primordialmente, uma crise de lealdade, exigindo a perseverança dos santos enquanto a corte celestial se prepara para intervir na história humana, conforme profetizado em Daniel 7:26-27.

Daniel 7:26-28 – Sentença e Reino Entregue

1

Juízo Final

O tribunal remove o domínio da besta: a história é re-ordenada pela justiça divina. Conforme observa Shea, este "Juízo do Tribunal Superior" reverte a usurpação do pequeno chifre (v. 26). A sentença divina é definitiva, encerrando o tempo de blasfêmias. A autoridade exercida pelo poder perseguidor é retirada não apenas pela força, mas por um decreto judicial que restaura a ordem cósmica estabelecida pelo "Ancião de Dias".

2

Reino aos Santos

"Domínio, honra e reino" ao povo do Altíssimo – participação no reinado do Filho do Homem. Hasel enfatiza que os "santos do Altíssimo" (v. 27) não apenas herdaram a terra, mas compartilham ativamente da soberania messiânica. Este reino é "eterno", contrastando com a transitoriedade dos impérios terrestres. A entrega do reino reflete uma mudança ontológica: a submissão a Deus torna-se a única soberania reconhecida universalmente.

3

Esperança Escatológica

Antecipação de Dn 12:1-2: livramento e ressurreição, horizonte da fidelidade. Como nota Schwantes, a conclusão de Daniel 7 aponta para a consumação da história da salvação. A promessa de Daniel de "guardar o assunto no coração" (v. 28) sugere que, diante da incerteza, a fé é o refúgio do remanescente. O texto fundamenta a esperança não no sucesso político, mas na intervenção divina que culmina na vitória final do povo do pacto sobre o mal.

Maxwell argumenta que este trecho marca a transição da história humana para a eternidade divina. A estrutura do capítulo move-se da descrição da angústia para a afirmação da soberania de Deus, lembrando ao leitor que, independentemente da duração da opressão, a justiça do Altíssimo é o marco final da narrativa bíblica (cf. Ap 11:15).

Daniel 8:1-4 – O Carneiro e o Bode



Carneiro Bimedial

O carneiro simboliza o império Medo-Pérsia. Segundo Maxwell, a desigualdade das chifras (uma mais alta que a outra) reflete a proeminência histórica da Pérsia sobre a Média. Suas investidas para oeste, norte e sul marcam a expansão implacável sob Ciro, Cambises e Dario (Schwantes). Conforme Shea, este poder "fazia o que queria e se engrandeceu", demonstrando a soberania divina que permite a ascensão dos reinos para cumprir propósitos escatológicos específicos antes da intervenção final.



Bode do Ocidente

O bode representa a Grécia, liderada pelo "grande chifre" (Alexandre, o Grande). A descrição de que "não tocava o chão" enfatiza a velocidade sem precedentes de sua conquista relâmpago, cumprindo a profecia de Daniel 7:6. Hasel destaca que este conflito não é apenas geopolítico, mas uma representação da contínua tensão entre o poder humano e o Reino de Deus. A agressividade do bode ilustra a transição violenta de poder que mudaria a face do mundo antigo para sempre.

Daniel 8:5-8 – Ascensão e Ruptura

A visão de Daniel 8:5-8 descreve a transição abrupta de poder entre o Império Medo-Persa e a Grécia. O "bode" que avança sem tocar o chão não representa apenas a velocidade, mas a natureza sobrenatural ou divinamente permitida da conquista helênica. Como nota Shea, o bode derruba o carneiro simbolizando uma mudança de paradigma na hegemonia mundial.

No auge do seu poder, o "grande chifre" é quebrado. A morte prematura de Alexandre, o Grande, em 323 a.C., interrompe a unificação imperial. Conforme aponta Maxwell, a quebra desse chifre e o surgimento de quatro outros na sua base não são eventos aleatórios, mas o cumprimento profético da desintegração do império em quatro grandes dinastias (diádocos): Lisímaco, Cassandro, Seleuco e Ptolomeu (Hasel).

Vitória Decisiva

A Batalha de Gaugamela (331 a.C.) consolidou a derrocada persa. Historicamente, essa vitória marcou a entrada da cultura helênica no Oriente Próximo, cumprindo o papel do bode que "feriu" o carneiro e quebrou suas duas chifras (Schwantes).

Fragmentação dos Diádocos

Após a morte de Alexandre, a profecia de Daniel 8:8 se concretiza na divisão quadripartida do território. Diferente do império unificado, essa fragmentação permitiu o surgimento de novos atores políticos que preparariam o cenário para o surgimento do "chifre pequeno" (v. 9).

Daniel 8:9-12 – O Pequeno Chifre e a Profanação



Expansão

De um dos quatro ventos surge um chifre pequeno que cresce “para o Sul, Oriente e Terra Gloriosa”. Este poder, conforme Shea, exibe uma progressão geográfica que culmina na usurpação do território sagrado, prefigurando a afronta à soberania divina.



Contra o Culto

Arremete contra o exército celeste e o santuário, remove o “contínuo” (Tamid), lança por terra a verdade. Hasel destaca que a cessação do culto intercessor é o ato central da apostasia teológica aqui descrita.

A leitura tipológica, amplamente defendida por Maxwell e Schwantes, reconhece antecedentes históricos específicos — como as ações de Antíoco IV Epifânio — enquanto preserva uma projeção escatológica anticristica maior. Segundo a análise exegética de Maxwell, a profanação do santuário não é apenas um evento político, mas uma rebelião deliberada contra a autoridade do Príncipe dos exércitos. Esta profanação envolve uma tentativa sistemática de alterar a lei e o sistema de mediação, forçando uma apostasia que ecoa através dos séculos, reforçando a teologia do grande conflito entre o bem e o mal.

Daniel 8:13-14 – As 2.300 Tardes e Manhãs

“Até duas mil e trezentas tardes e manhãs; então o santuário será purificado.” (Dn 8:14, KJA). Este oráculo central do capítulo 8 de Daniel é um dos versículos mais debatidos da profecia bíblica. A expressão hebraica *ereb boqer* (tardes e manhãs) remete diretamente ao sistema sacrificial contínuo (o *tamid*), sugerindo que o período profético contabiliza a suspensão deste culto.

A exegese historicista, defendida por eruditos como **C. Mervyn Maxwell** e **William Shea**, argumenta que, seguindo o princípio profético de dia-por-ano (Nm 14:34; Ez 4:6), as 2.300 unidades representam anos literais, apontando para o marco de 1844 como o início do juízo investigativo e a purificação do santuário celestial. Em contraste, a visão futurista, comum em círculos dispensacionalistas, interpreta o período como 1.150 dias literais, focalizando uma profanação literal do templo em Jerusalém durante a Tribulação.

Contexto Teológico e Referências:

- **Gerhard Hasel** destaca que o termo hebraico *nitsdaq* (purificado/restaurado/justificado) possui uma conotação jurídica importante, indicando a vindicação da santidade de Deus diante da rebelião do chifre pequeno.
- **Siegfried Schwantes** reforça a conexão tipológica entre o Dia da Expição (Yom Kippur) e a restauração do santuário, argumentando que a profecia de Daniel expande a compreensão litúrgica do Antigo Testamento para uma escala escatológica cósmica.
- O debate exegético frequentemente recai sobre o ponto de partida: a emissão do decreto de restauração (Ed 7) versus intervenções históricas anteriores, sendo a hermenêutica cristocêntrica o fio condutor que une essas interpretações.

Em última análise, tanto a hermenêutica historicista quanto a preocupação com a fidelidade cultural revelam uma verdade teológica unânime: Deus é soberano sobre a história. Ele limita o avanço do mal representado pelo chifre pequeno e garante, em última instância, a restauração do Seu culto e a purificação definitiva do Seu povo.

Daniel 9:1-3 – Oração a partir da Escritura

Quadro Histórico

No “primeiro ano de Dario, o medo”, Daniel se dedica ao estudo das Escrituras e discernimento profético. A intercessão de Daniel não nasce do vácuo, mas da leitura atenta de Jeremias (caps. 25 e 29) sobre o término dos 70 anos de desolação de Jerusalém.

- **539 a.C.:** O colapso do Império Babilônico diante dos medos e persas marca a transição imperial que Daniel utiliza como marco cronológico.
- **Escritura como gatilho:** Daniel demonstra que a revelação profética (Jeremias) exige uma resposta de oração (Daniel 9:2). Como observam Hasel e Schwantes, o profeta entende que o cumprimento das promessas divinas não anula a necessidade da intercessão ativa do povo de Deus.
- **Contexto Teológico:** O discernimento do "tempo" (hebraico: *bin*) revela que o exílio foi uma medida corretiva temporária, e não o fim do propósito pactual de Javé com Israel.

Postura Espiritual

A resposta de Daniel ao entendimento da profecia manifesta-se através de jejum, pano de saco e cinzas: sinais clássicos de contrição profunda e humilhação comunitária frente à santidade divina.

- **Intercessão Pactuai:** Conforme apontam Maxwell e Shea, a base da oração de Daniel é o caráter fiel de Deus (*hesed*) e a aliança feita com os patriarcas. Daniel identifica-se com o pecado do povo, assumindo a culpa corporativa.
- **Teologia da Confissão:** A oração não é um pedido de benefícios pessoais, mas um reconhecimento das falhas em ouvir os servos de Deus (os profetas). A intercessão nasce da consciência de que, embora Deus tenha sido justo no juízo, a Sua misericórdia é o único fundamento para a restauração.
- **Confiança no Caráter de Deus:** A base teológica da oração é o fato de que Deus é um Deus que "guarda a aliança e a misericórdia para com os que o amam" (Daniel 9:4), demonstrando uma dependência absoluta da fidelidade divina.

Daniel 9:4-7 – Confissão e Apelo à Misericórdia

Daniel inicia sua oração com um reconhecimento profundo da natureza de Deus: *“Senhor, Deus grande e temível, que guardas a aliança e a misericórdia para com os que te amam”* (v. 4). Esta invocação é um apelo deliberado ao caráter *hesed* (fidelidade pactual) de Javé, em contraste direto com a quebra da aliança por parte de Israel.

A confissão de Daniel é corporativa e exaustiva. Ele não se exclui, usando o pronome “nós” para identificar-se com os pecados coletivos de sua nação: idolatria, injustiça social e o derramamento de sangue inocente. Como observam Schwantes e White, esta não é uma confissão meramente superficial, mas um reconhecimento de que a história de Israel foi marcada por rebeldia contínua contra a Lei (Torá) e os profetas.

O foco teológico central é o contraste entre a infidelidade do povo e a justiça de Deus. Daniel admite: *“A ti, ó Senhor, pertence a justiça, mas a nós, a confusão de rosto”* (v. 7). Hasel enfatiza que esta é uma admissão de que o exílio não foi um acidente histórico, mas uma retribuição justa pelo desdém de Israel em relação à vontade divina revelada. O apelo de Daniel é, portanto, estritamente pactual: ele clama “por amor do teu nome”, submetendo o povo à compaixão soberana de Deus, reconhecendo que não possuem méritos próprios para exigir restauração (Maxwell; Shea).

A estrutura desta oração (vv. 4-19) segue o padrão de *toda* (confissão/agradecimento) e *tefillah* (petição), servindo como um modelo de intercessão profética onde o crente se torna o mediador que se coloca na brecha, assumindo a culpa histórica e apelando para a glória do nome de Deus como a única base para a esperança futura.

Daniel 9:8-12 – As Setenta Semanas

Ponto de Partida

“Desde a saída da ordem para restaurar Jerusalém” – o decreto de Artaxerxes I em 457 a.C. (Esdras 7) é o marco exegético preferido por estudiosos como Shea e Hasel. Este ponto de partida conecta a profecia ao cronograma histórico da restauração da comunidade pós-exílica, servindo como o *terminus a quo* para o cumprimento das setenta semanas determinadas sobre o povo de Israel.

Aliança e Juízo

A última semana marca a confirmação da aliança. Schwantes enfatiza que a cessação do sacrifício ritualístico aponta para a suficiência do sacrifício de Cristo. Embora os debates cronológicos sobre a divisão das semanas sejam vastos, a teologia de Daniel 9:24-27 centra-se na vitória sobre o pecado e o estabelecimento da justiça eterna, onde Deus demonstra ser o autor e consumidor da história, convertendo o juízo em redenção plena para os fiéis.



Messias Príncipe

A culminância das 69 semanas aponta para a unção e manifestação ministerial do Messias Príncipe. Conforme nota Maxwell, o termo “será cortado” (hebraico: *yikkareth*) não é apenas um evento político, mas a antecipação teológica da morte expiatória na cruz. A precisão cronológica reforça a soberania divina sobre os tempos, garantindo que a redenção ocorre no momento determinado pela economia da salvação.

Daniel 10-12 – Síntese Escatológica



Capítulo 10

“Homem vestido de linho”: bastidores do conflito espiritual; revelação mediada por mensageiro celestial (Davison). Este capítulo introduz o epílogo visionário, onde Daniel entra em jejum prolongado (3 semanas) por entender a magnitude do exílio. A teofania assemelha-se à de Apocalipse 1, revelando o envolvimento direto de seres angélicos na história humana. Conforme Hasel aponta, a luta entre o "Príncipe da Pérsia" e o mensageiro revela que a política terrena é apenas a sombra de uma batalha cósmica maior pelo domínio das nações.



Capítulo 11

Rei do Norte vs. Rei do Sul: trama histórico-profética que culmina em poder sacrílego de alcance transnacional (Shea). O capítulo detalha a transição entre impérios helenistas, mas, como argumenta Milton Moreno e W.H. Shea, a profecia transcende os limites do conflito entre os Ptolomeus e Selêucidas. A estrutura aponta para uma tipologia escatológica onde o "Rei do Norte" atua como o anticristo bíblico, invadindo a "Terra Gloriosa" e exaltando-se acima de todo deus, cumprindo o padrão de desolação mencionado por Daniel 8 e 9.



Capítulo 12

“Tempo de angústia” sob Miguel, ressurreição (vv.1-3) e recompensa dos sábios. Fecho com selamento e esperança perseverante. Seguindo Schwantes, este capítulo é o clímax da mensagem de Daniel. O surgimento de Miguel, o Grande Príncipe, marca o fim da opressão. A ressurreição parcial aqui descrita (vv. 2-3) serve como base para a promessa de vida eterna aos que "ensinam a muitos a justiça", brilhando como estrelas. O selamento do livro até o tempo do fim enfatiza a urgência da perseverança, um conceito reforçado por Maxwell como o chamado final à fidelidade absoluta em tempos de crise.

A esperança está cumprida

Jônatas Silva da Cruz – Teólogo

“Portanto, ide, fazei discípulos de todas as nações...” (Mateus 28:19, KJA)

A Grande Comissão não é apenas um imperativo ético, mas a consumação escatológica da aliança divina. Conforme observa **C. Mervyn Maxwell**, o cumprimento da esperança bíblica transita da expectativa profética para a responsabilidade missional da igreja remanescente. Ao analisarmos o contexto de Mateus 28, percebemos que o chamado para "fazer discípulos" encontra eco na estrutura de Daniel 12:4, onde o conhecimento da verdade deve ser difundido antes do tempo do fim.

Milton Schwantes e **William Shea** argumentam que a missão global é a resposta teológica à crise de soberania descrita nos capítulos proféticos anteriores. A esperança não é passiva; ela se materializa quando o povo de Deus, fundamentado na revelação (Daniel 10-12), engaja-se no conflito entre o bem e o mal, promovendo a justiça e o ensino das Escrituras (Hasel, *Old Testament Theology*).

Teologicamente, a "esperança cumprida" refere-se à transição entre o período da angústia profética e a plenitude do Reino de Cristo. Como pontua **Gerhard Hasel**, a unidade entre o Antigo e o Novo Testamento revela que o Deus que resgata em Daniel 12 é o mesmo que autoriza a missão em Mateus 28:18-20, prometendo Sua presença contínua até a consumação dos séculos. A missão, portanto, é a própria antecipação do desfecho glorioso da história da salvação.